

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO**

**Sistema de Registro de Preços**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
(COMPRAS)

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(PROCESSO Nº 23289.000787/2019-44)**

**PREGÃO SRP Nº 05/2020**  
**IRP 17/2019**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Aquisição de Unidade Condensadora,** conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	Unidade Condensadora com serpentina de cobre. Temperatura de Evaporação Baixa/Média 4 HP. Tensão 220 V. Trifásica. R404A.	UND	106399	01	03	R\$ 9.547,86	R\$ 28.643,58

- 1.1.1. A unidade condensadora deverá ter classe de eficiência energética "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição.**

- 1.2.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) assinatura da ata de registro de preços prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.** A aquisição das novas condensadoras, tem o objetivo de proporcionar o perfeito funcionamento das câmaras frigoríficas dispostas no campus São Cristóvão, que são consideradas um serviço essencial, haja vista a necessidade de estocagem de alimentos, principalmente de produtos cárneos e

derivados para o fornecimento de refeições para os alunos matriculados nos diversos cursos da instituição e alunos residentes, reduzindo ao máximo a perecibilidade de alimentos e garantindo tempo de consumo mais longo. Assim, a aquisição deste objeto, justifica-se face ao interesse público de atender a grande demanda de estocagem de produtos perecíveis, que em muitos casos sob cocção e/ou processamento, são fornecidos em nossa unidade de ensino. Outro aspecto importante, que também justifica a aquisição do bem, e a necessidade substituição dos equipamentos antigos, pois as condensadoras atualmente em uso, não atende tecnicamente ao pleno funcionamento das câmeras frias, enquanto as novas condensadoras são um equipamento com potência padronizada, necessária para manter a qualidade, eficiência e durabilidade necessária a estocagem dos produtos alimentícios.

**2.2.** O uso do Sistema de Registro de Preços para essa contratação está fundamentado no inciso IV, do art. 3º, do Dec. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, visto que, pelas características e pela natureza do objeto da licitação, haverá a necessidade de solicitações frequentes dos serviços pela Administração, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

**3.1.** O objeto a ser contratado é de natureza comum conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520, de 2002.

### 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

UASG	UG	ENDEREÇO	SETOR	TEL	RESPONSÁVEL
158392	IFS – Campus São Cristóvão	Rodovia BR-101, Km 96, Povoado Quissamã - São Cristóvão/SE. CEP: 49.100-000 CNPJ: 10.728.444/0002-82.	COAL – Almoxarifado	(79) 3711- 3059	Luiz Alberto Alves Santos

**4.1.** O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data do recebimento da nota de empenho, conforme solicitação, em remessa **parcelada**, no endereço especificado na tabela acima, de segunda a sexta-feira, das 08hs às 11hs e das 13hs a 16hs.

**4.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**4.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.4.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**4.4.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**4.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

- 4.5.1. O fornecedor será responsável pelo descarregamento e acondicionamento do objeto em local determinado pelo IFS – Campus São Cristóvão.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **identificação do produto, marca, fabricante, descrição detalhada do produto e prazo de garantia;**

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos do objeto até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

**6.1.7. Em relação ao deslocamento para entrega dos objetos solicitados todos os custos correrão por conta da contratada.**

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**9.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**9.1.1.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

**9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**10.1.1** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**10.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**10.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**10.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**10.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**10.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**10.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE

**11.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**11.1.1.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**11.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**11.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**11.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**11.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**11.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**11.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**12.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**12.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**12.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**12.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;

**12.1.5.** Cometer fraude fiscal;



**12.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**12.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**12.2.2.** Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**12.2.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**12.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**12.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**12.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

**12.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**12.3.** As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**12.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

**12.4.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**12.4.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**12.4.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**12.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**12.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**12.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 12.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 12.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

- 13.1.** O custo estimado da contratação é de R\$ 28.643,58 (vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

São Cristóvão, 10 de fevereiro de 2020.

Elizete Ferreira dos Santos Santana  
Direção Administrativa  
**Requisitante**

#### **APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

( ☐ ) Aprovado

( ☐ ) Não Aprovado

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY  
Diretor-Geral

**De Acordo com Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 5.450/2005**



ANEXO I-A (MODELO AJUSTADO - IN 01/2018/MPOG)  
ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)

**INTRODUÇÃO – ANEXO I-A**

Em conformidade com o artigo 5º e inciso XII do art. 5º da Instrução Normativa nº 1, de 29 de março de 2018, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (IN SG/MP 1/2018), e as diretrizes do anexo III da IN SEGES/MP nº 05/2017, a equipe de planejamento da contratação deve realizar os Estudos Preliminares.

**PREENCHIMENTO PELA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA UNIDADE GERENCIADORA**

Nome/tipo da contratação:	<b>Unidade Condensadora - Baixa/Média 4HP 220V TRIF R404A</b>		
<b>ESTUDOS PRELIMINARES</b>			
<b>1. Necessidade da contratação</b>			
<p>1.1 Atualmente o campus São Cristóvão possui 3 (três) câmaras frigoríficas: Laboratório da Agroindústria, Almoxarifado e Laboratório de cortes. Assim, diante da necessidade de substituição da unidade condensadora da câmara frigorífica do Laboratório da Agroindústria que para o pleno funcionamento são necessárias duas unidades condensadoras, faz-se necessária a aquisição de 3 unidades condensadoras, para que seja possível suprir a possível necessidade das demais câmaras frigoríficas. Considerando ainda que o funcionamento das câmaras é essencial para manter a qualidade e quantidade dos alimentos necessários para o fornecimento das refeições diárias aos alunos residentes.</p>			
<b>2. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver</b>			
<p>2.1 Contratação não está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ou Planejamento Estratégico.</p>			
<b>3. Requisitos da contratação</b>			
<p>3.1 A necessidade de substituição do equipamento é essencial, pois devido ao bem atual ter sido considerado irrecuperável e não atender tecnicamente o pleno funcionamento da câmara fria, a nova condensadora é um equipamento com potência padronizada necessária para manter a mesma qualidade, eficiência e durabilidade necessária a estocagem de produtos alimentícios.</p> <p>3.1 O objeto em tela trata-se de uma aquisição de bem de consumo.</p> <p>3.2 A longo prazo, percebemos que esta aquisição além de garantir menor impacto ambiental e social, trará condições de vantajosidade para a Administração com méritos de sustentabilidade por ser mais durável e consumir menos energia elétrica.</p>			
<b>PRODUTOS</b>	<b>FORNECEDORES</b>	<b>FABRICANTES</b>	<b>ETC</b>
Unidade Condensadora - Baixa/Média 4HP 220V TRIF R404A	DANFOS	ENGINEERING <b>TOMORROW</b>	Serpentina especificada não
	ELGIN	ELGIN CUISINE	Serpentina de cobre

ANEXO I-A (MODELO AJUSTADO - IN 01/2018/MPOG)  
ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)

	SCHULZ COMPRESSORES S.A.	SCHULZ	Serpentina especificada não

**4. Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte**

4.1 A opção por 3 (três) unidade do produto deu-se em face da necessidade de substituição da unidade condensadora da câmara frigorífica do Laboratório da Agroindústria que para o pleno funcionamento são necessárias duas unidades condensadoras, faz-se necessária a aquisição de 3 unidades condensadoras, para que seja possível suprir a possível necessidade das demais câmaras frigoríficas, caso necessário.

**5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar**

5.1 A aquisição do produto está sustentada no relatório técnico emitido pela empresa especializada no serviço de refrigeração que presta serviço no IFS/Campus São Cristovão, com recomendação de que uma nova unidade seja adquirida, para que o trabalho desenvolvido possa ser mais seguro, preciso e garantidor de eficiência e eficácia (fls. 01 do processo 23289.000787/2019-44)

**6. Estimativas de preços ou de preços referenciais**

6.1 Inicialmente foram estimados valores com cotações apresentadas via postagens e redes sociais (fls. 02 a 04. Seguindo as diretrizes da IN 04/2017 publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, às fls 22 encontra-se a estimativa de preços com base nas ofertas dos fornecedores, devidamente consolidada às fls. 53

6.2 Foram incluídas nos autos as memórias da estimativa de preços ou dos preços referenciais e menção aos documentos Termo de Atendimento à IN 05/2014 com previsão legal no § 6º, art 2º da IN 05/2014 SLTI-MP.

**7. Descrição da solução como um todo**

7.1 Considerando a essencialidade do produto e para não haver solução de continuidade, a aquisição deste equipamento deve se dá por meio dispensa de licitação. A condensadora faz parte dos equipamentos que integram a câmara de refrigeração, item essencial para o perfeito funcionamento do equipamento. Atualmente o Campus São Cristovão mantém um contrato de prestação de serviço com empresa especializada em refrigeração que ficará encarregada da montagem da peça na câmara de refrigeração. Assim, com esta aquisição produziremos os resultados pretendidos pela Administração.

**8. Justificativas para agrupamento ou não do item, quando necessária para a individualização do objeto**

8.1 Como o agrupamento da solução é a regra, deve a licitação ser realizada por item, haja vista termos optado pela aquisição de um único produto; o objeto não é divisível não sendo possível haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, proporcionando neste formato, ampla participação de licitantes com ofertas para

ANEXO I-A (MODELO AJUSTADO - IN 01/2018/MPOG)  
ESTUDO PRELIMINAR (GERENCIADOR)

<p>uma única unidade autônoma.</p> <p>8.2 Como o objeto não é divisível, não poderá ser parcelado; nesses moldes assegura-se, concomitantemente uma aquisição técnica e economicamente viável; não haverá prejuízos nem perda de escala; Assim, vislumbramos melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.</p>
<p>9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis</p>
<p>9.1 A longo prazo, percebemos que esta aquisição além de garantir menor impacto ambiental e social, trará condições de vantajosidade para a Administração com méritos de sustentabilidade por ser mais durável e consumir menos energia elétrica.</p>
<p>10. Providências para adequação do ambiente do órgão</p>
<p>10.1 Não será necessário haver adequação do ambiente, considerando que faremos apenas uma reposição de peça. Dispensa-se a elaboração de cronograma com atividades de adequação do ambiente; A empresa atualmente contratada especializada em serviços de refrigeração ficará responsável pelos ajustes de acomodação e montagem do equipamento.</p> <p>10.2 Como a peça é de reposição, já possuímos servidores designados para atuarem na fiscalização e no recebimento dos serviços, de acordo com as especificidades do objeto a ser adquirido.</p>
<p>11. Contratações correlatas e/ou interdependentes</p>
<p>Não se aplica</p>
<p>12. Declaração da viabilidade ou não da contratação</p>
<p>Não se aplica</p>